

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

THE CHALLENGES OF ENVIRONMENTAL EDUCATION UNDER THE
CONSIDERATION OF THE SOLID WASTE NATIONAL POLICY

LOS RETOS DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL FRENTE A LA POLÍTICA
NACIONAL DE RESIDUOS SÓLIDOS

Gabrielli Teresa Gadens Marcon

Professora na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Graduada em Ciências Biológicas; Especialista em Direito Ambiental e em Educação Ambiental e Sustentabilidade; mestre em Geociências e doutora em Ciências com ênfase em Paleontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) gabigadens@yahoo.com.br

Márcia Cristiane Kravetz Andrade

Professora, do Centro Universitário Uninter, Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Faculdade de Tecnologia Camões (IESC/PR); especialista em Ecologia Urbana: Construindo a Cidade Sustentável pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); pós-graduanda em Formação de Docentes e de Orientadores Acadêmicos em EAD pelo Centro Universitário Uninter marciacriskra@hotmail.com

Débora Cristina Venerai

Professora do Centro Universitário Uninter. Coordenadora do curso de Pós-graduação em Direito. Graduada em Direito pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Santa Fé, Argentina.debora.v@grupouninter.com.br

RESUMO

O presente trabalho considera a legislação sobre resíduos sólidos como um marco na tentativa de minimizar os impactos gerados pela sociedade de consumo, cuja efetividade depende eminentemente de ações de Educação Ambiental centradas na Política Pedagógica dos 3 Rs (reduzir, reutilizar, reciclar) e que priorize as iniciativas de redução e reutilização sobre as de reciclagem. Uma abordagem que relaciona a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental é realizada, analisando as formas de integração de tais instrumentos no ensino formal e não formal. A distinção entre o discurso ecológico oficial e o discurso ecológico alternativo aponta que as políticas públicas desenvolvidas até então focalizam apenas a reciclagem como solução ao problema dos resíduos sólidos, utilizando-se da Educação Ambiental para reforçar a ideologia consumista centrada apenas no “reciclar”. Os conceitos relativos à Política Pedagógica dos 3 Rs são definidos, bem como a sua ordem de prioridade. Os grandes desafios da Educação Ambiental diante do tema resíduos sólidos indicam que a Política Nacional de Resíduos Sólidos deverá priorizar ações de redução e reutilização dos bens de consumo, estimulando profundas reflexões na sociedade atual, a qual se encontra entorpecida pelo mito da reciclagem como fenômeno isolado de combate ao desperdício e de compensação dos padrões de produção e consumo vigentes.

Palavras-chave: Reduzir. Reutilizar. Reciclar.

ABSTRACT

The present work considers the legislation on solid waste as a milestone in an attempt to minimize the impacts generated by the consumer society, whose effectiveness depends eminently on actions of Environmental Education focusing on the 3 Rs Pedagogical Policy (reduce, reuse, recycle) and that prioritizes the initiatives to reduce and reuse on the recycling. An approach that relates the Solid Waste National Policy and the Solid Waste National Plan with the Environmental Education National Policy is performed, by analyzing the ways of integration of such tools in formal and non-formal education. The distinction between the official ecological speech and the alternative ecological one indicates that public policies developed until then focused only on recycling as a solution to the problem of solid waste, by using the Environmental Education to reinforce the consumerist ideology centered only in "recycle". The concepts related to the 3 Rs Pedagogical Policy are defined, as well as their order of priority. The major challenges of Environmental Education before the solid waste theme indicate that the Solid Waste National Policy must prioritize actions to reduce and reuse of consumer goods, by stimulating deep reflections in current society, which has a distorted reasoning in relation to the recycling myth as an isolated phenomenon of fighting against waste and the compensation of production and consumption patterns in force.

Key words: Reduce. Reuse. Recycle.

RESUMEN

El presente trabajo considera que la legislación sobre residuos sólidos como un hito en un intento de reducir al mínimo los impactos generados por la sociedad de consumo, cuya eficacia depende eminentemente de acciones de la Educación Ambiental centrada en la Política Pedagógica de los 3 Rs (reducir, reutilizar, reciclar) y que priorice las iniciativas para la reducción y reutilización sobre las del reciclaje. Un abordaje que relaciona la Política Nacional de Residuos Sólidos y el Plan Nacional de Residuos Sólidos con la Política Nacional de Educación Ambiental es realizada, analizando las formas de integración de dichos instrumentos en la educación formal y no formal. La distinción entre el discurso ecológico oficial y el discurso ecológico alternativo señala que las políticas públicas desarrolladas hasta entonces se centran sólo en el reciclaje como una solución al problema de los residuos sólidos, utilizan la Educación Ambiental para fortalecer la ideología consumista centrada apenas en el "reciclar". Los conceptos relativos a la Política Pedagógica de 3 Rs se definen, así como su orden de prioridad. Los principales retos de la educación sobre el Medio Ambiente ante del que el tema residuos sólidos indican que la Política Nacional de Residuos Sólidos deberá dar prioridad a las acciones para reducir y reutilizar los bienes de consumo, estimulando profundas reflexiones en la sociedad actual, que está marcada por el mito del reciclaje como fenómeno aislado de combate al desperdicio y de compensación de los patrones de producción y consumo en vigor.

Palabras-clave: Reducir. Reutilizar. Reciclar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho considera a legislação sobre resíduos sólidos como um marco na tentativa de minimizar os impactos gerados pela sociedade de consumo e cuja efetividade depende eminentemente de ações de Educação Ambiental centradas na

Política Pedagógica dos 3 Rs (reduzir, reutilizar, reciclar), que priorize as iniciativas de redução e reutilização sobre as de reciclagem.

Segundo Layrargues (2002), a questão do lixo vem sendo apontada pelos ambientalistas como um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade, a ponto de ter se tornado objeto de proposições técnicas para seu enfrentamento e alvo privilegiado de programas de educação ambiental na escola brasileira. A compreensão da necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos propiciou a formulação da chamada Política ou Pedagogia dos 3R's, que inspira técnica e pedagogicamente os meios de enfrentamento da questão do lixo. No entanto, apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas a Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo. E a despeito dessa tendência pragmática, pouco esforço tem sido dedicado à análise do significado ideológico da reciclagem e suas implicações para a educação ambiental reducionista, mais preocupada com a promoção de uma mudança comportamental sobre a técnica da disposição domiciliar do lixo (coleta convencional x coleta seletiva) do que com a reflexão sobre a mudança dos valores culturais que sustentam o estilo de produção e consumo da sociedade moderna (LAYRARGUES, 2002).

A aprovação da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), após longos anos de discussões no Congresso Nacional marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas causados pelos resíduos, que vem comprometendo a qualidade de vida dos brasileiros.

Para que as diretrizes da PNRS sejam obedecidas, e as metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos alcançadas, são necessários ainda instrumentos e metodologias de sensibilização e mobilização capazes de influenciar os vários segmentos da sociedade,

inclusive os profissionais da área e a população como um todo. Este papel de sensibilização e mobilização cabe à Educação Ambiental.

O presente trabalho objetiva dissertar sobre a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, argumentando quanto à importância da Educação Ambiental como instrumento de divulgação e apoio à efetivação de políticas públicas voltadas à minimização de impactos oriundos da geração de resíduos. Inicialmente, é realizada uma abordagem que relaciona a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental, analisando as formas de integração de tais instrumentos no ensino formal e não formal. No decorrer do texto o discurso ecológico oficial e o discurso ecológico alternativo são distinguidos, de forma a apontar claramente que as políticas públicas desenvolvidas até então focalizam apenas a reciclagem como solução ao problema dos resíduos sólidos, e se utilizam da Educação Ambiental para reforçar a ideologia consumista centrada apenas no “Reciclar”. Na sequência, são definidos os conceitos relativos à Política Pedagógica dos 3 Rs bem como a ordem de prioridade de cada “R”. Ao final do texto, a pedagogia dos 3 Rs é revisada sob o ponto de vista do discurso ecológico oficial e do discurso ecológico alternativo, expondo os grandes desafios da Educação Ambiental frente aos dois principais modelos de argumentação e postura ideológica envolvendo a geração e o gerenciamento dos resíduos sólidos.

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, criada pela Lei nº 12.305, de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 2010, estabelece princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações, e importantes instrumentos, tais como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que contemplará os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes (BRASIL, 2010).

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Plano mantém estreita relação com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (Plansab) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS). Apresenta conceitos e propostas que refletem a interface entre diversos setores da economia compatibilizando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2011; 2012).

O sucesso da implantação de um Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instrumento fundamental de política pública nesta área temática, exige novos conhecimentos, olhares e posturas de toda a sociedade. Para que soluções adequadas se desenvolvam, conciliando os objetivos de desenvolvimento socioeconômico, preservação da qualidade ambiental e promoção da inclusão social, torna-se necessário um processo de organização e democratização das informações, de modo a fazerem sentido e mobilizarem o interesse, a participação e o apoio dos vários públicos (BRASIL, 2011).

Para tanto, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, conta com a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, que em seu artigo 1º define “a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999). Em seu artigo 2º, estabelece que a educação ambiental é um componente essencial da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis de ensino de forma articulada, contínua e permanente, de modo formal e não formal (BRASIL, 1999), sendo esta uma condição essencial para o atendimento da demanda educativa que apresenta a Política e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tanto na orientação e ampla difusão de seus conceitos, quanto na capacitação de cada um dos segmentos da cadeia geradora e destinadora dos resíduos (BRASIL, 2010; 2012).

Nesse contexto, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305 de 2010, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos lança diretrizes, estratégias e metas que, de forma geral, integram e demandam ações de educação ambiental e de comunicação social, que sejam capazes de mobilizar e envolver toda a sociedade brasileira, incluindo as esferas governamentais, as instituições não governamentais e os segmentos produtivos (BRASIL, 2010; 2012).

De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011; 2012), o termo educação ambiental, quando ligado aos resíduos sólidos, deve abarcar formas distintas de comunicação e de relacionamento com a população, quais sejam:

a) informação, sensibilização ou mobilização para o tema resíduos sólidos, desenvolvido em ambiente escolar (ensino formal): o conteúdo desenvolvido tem claro objetivo pedagógico e normalmente o tema Resíduos Sólidos é trabalhado para chamar a atenção e sensibilizar a comunidade escolar para as questões ambientais de uma forma mais ampla. Podem envolver desde informações objetivas até mais aprofundadas, além de tratamento pedagógico e didático específico para cada caso, faixa etária e nível escolar.

b) informações orientadoras e objetivas para a participação da população ou de determinada comunidade em programas ou ações ligadas ao tema resíduos sólidos (ensino informal): normalmente está ligada a objetivos ou metas específicas dentro do projeto ou ação em que aparece, por exemplo, informações objetivas a respeito de como aquela população deve proceder na segregação dos seus resíduos para uma coleta seletiva municipal ou qual o procedimento mais adequado para o encaminhamento de determinados resíduos, entre outras informações pertinentes.

c) sensibilização e/ou mobilização das comunidades diretamente envolvidas (ensino informal): os conteúdos a serem trabalhados devem envolver um aprofundamento das causas e consequências do excesso de geração e na dificuldade de cuidado, tratamento e destinação adequados dos resíduos sólidos produzidos em um município, região ou país. Neste caso ainda os conteúdos variam e podem incluir desde os vários aspectos ligados ao cuidado com os recursos naturais e à minimização de resíduos (3Rs), até os vários temas relacionados à educação para o consumo sustentável/consciente/responsável e às vantagens sociais e econômicas da coleta seletiva.

d) Campanhas e Ações Pontuais de Mobilização (ensino informal): os conteúdos, instrumentos e metodologias devem ser adequados a cada caso específico: a complexidade do tema e a necessidade premente de mudança de hábitos e atitudes necessários à implantação dos novos princípios e diretrizes presentes na PNRS

impossibilitam que estas ações alcancem todos os objetivos e metas propostos em um trabalho educativo. Podem, entretanto, fazer parte de programas mais abrangentes de educação ambiental, podendo ainda envolver um público mais amplo, a partir da utilização das várias mídias disponíveis, inclusive aquelas com grande alcance e impacto junto à população.

Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011), um tipo de comunicação muito desenvolvido em ambiente escolar, comunidades ou na grande mídia, ainda que chamado comumente de educação ambiental, apresenta, em seus conteúdos e métodos, características que se assemelham às ações de marketing ou até mesmo às ações de fortalecimento de uma determinada marca, produto ou material, muitas vezes se preocupando unicamente com a concorrência empresarial e não com a conscientização ambiental (BRASIL, 2011).

Um exemplo capaz de ilustrar o tipo de situação mencionada acima é descrito por Layrargues (2002), ao se referir à lata de alumínio. Segundo este autor a preferência por esta embalagem de bebidas demonstra o significado do discurso ecológico oficial sobre a "mudança de padrão de consumo": O alumínio, descartável, foi eleito como exemplo da mudança ecologicamente correta, devido à sua reciclabilidade, antes da embalagem de vidro retornável. Ou seja, a reciclabilidade tornou-se um ato de maior significado ecológico do que a retornabilidade (reutilização). O resultado foi o aumento do consumo de bebidas gaseificadas embaladas em latas de alumínio fomentado por uma campanha de *marketing* bem-sucedida em favor da embalagem de alumínio e em detrimento de seus concorrentes. A indústria de embalagens de alumínio, em um exemplo de cooptação ideológica, reuniu oportunidades para recuperar matéria-prima a baixo custo e promover uma maior penetração de seu produto, por meio de uma educação ambiental que premia comportamentos tidos como ambientalmente corretos sob o ponto de vista da ideologia hegemônica (LAYRARGUES, 2002).

Atividades desta natureza, segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011), devem ser diferenciadas da educação ambiental, uma vez que fogem das diretrizes da PNEA. Por outro lado, ações éticas e responsáveis de empresas ou instituições, muitas

vezes ligadas a sistemas de gestão sustentáveis, como a ISO 14000 ou 26000, devem ser apoiadas (BRASIL, 2011).

No entanto, ainda são consideráveis as dificuldades dos gestores, técnicos, educadores, integrantes dos vários setores da sociedade, assim como da população em geral, com relação ao novo modelo de participação social envolvendo o tema Resíduos Sólidos. É pequeno o número de municípios que investem em posturas diferenciadas e que consideram o problema de forma inovadora. Mesmo a coleta seletiva municipalizada, cujas experiências pioneiras já acontecem há mais de 20 anos, abrange apenas 18% dos municípios brasileiros, na maioria das vezes de forma parcial e ineficiente (BRASIL, 2011).

Situação semelhante é percebida com relação à prática de ações duradouras e efetivas de comunicação ou educação focadas na redução da geração de resíduos, assim como na diminuição do desperdício. A maioria das experiências tem investido grande parte de seus recursos humanos e financeiros em ações de Educação Ambiental restritas ao ambiente escolar, desconsiderando a população e/ou as comunidades diretamente envolvidas com os projetos ou programas pertinentes ao tema (BRASIL, 2011).

A partir da elaboração dos planos estaduais e municipais de resíduos surgirá a necessidade de diferenciar educação ambiental formal da educação ambiental não formal. Sempre que um programa ou projeto for implantado em determinada comunidade ou região, aquela população deve ser claramente focalizada e assim informada, sensibilizada e mobilizada para a participação. Por outro lado, observa-se ainda a necessidade de políticas públicas claras e efetivas na criação de um cenário de comunicação ou pedagógico mais uniforme para o país, na medida em que muitos dos problemas envolvendo resíduos estão ligados ao nosso padrão de produção e consumo (BRASIL, 2011; 2012).

O DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL E O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO

Analisando o discurso ambientalista governamental brasileiro, Carvalho (1991) aponta a existência de duas matrizes discursivas sobre a questão ambiental: um discurso

ecológico oficial, enunciado pelo ambientalismo governamental, representante da ideologia hegemônica e encarregado de manter os valores culturais instituídos na sociedade; e um discurso ecológico alternativo, proferido pelo ambientalismo original, corporificado pelo movimento social organizado, representante da ideologia contra-hegemônica e encarregado de disseminar valores subversivos à ordem social e econômica instituída.

De acordo com Layrargues (2002), apesar da possibilidade de articulação estratégica para o enfrentamento de determinados problemas ambientais, o ideário do ambientalismo alternativo opõe-se ao oficial. Enquanto o oficial deseja manter o *status quo*, o alternativo deseja transformá-lo. Desse modo, cada composição ideológica terá uma determinada visão da questão do lixo, uma determinada leitura do significado da Política dos 3R's e, no que se refere à educação ambiental, um conjunto de proposições pedagógicas diferentes, de acordo com a visão de mundo e os interesses que as inspiram.

A questão do lixo é um problema de ordem cultural para o discurso ecológico alternativo, que situa a cultura do consumismo como um dos alvos da crítica à sociedade moderna (LAYRARGUES, 2002). O consumismo, de acordo com Martell (1994), é o item mais expressivo da crítica da sociedade sustentável. Segundo Ekins (1998), desde que Adam Smith afirmou que a produção tem como finalidade o consumo, a economia se estabeleceu com o objetivo aumentá-lo, e ele passou a ser entendido culturalmente como sinônimo de bem-estar. Contudo, o problema é que atualmente o consumismo é visto também como responsável por uma série de problemas ambientais, e desse modo, não pode mais ser compreendido unicamente como sinônimo de felicidade.

De acordo com Penna (1999), a sociedade moderna está impregnada de valores consumistas e tudo leva a crer que a tarefa da redução do consumo será árdua, pois será preciso reverter valores culturais enraizados, favorecidos pela invasão maciça da vida pública e doméstica.

Atualmente, a prática educativa corrente se insere na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tornando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo (LAYRARGUES, 2002).

Blauth (1996) avalia que o equacionamento da problemática dos resíduos sólidos tem sido focado apenas na reciclagem, a qual tem a capacidade de produzir um efeito tranquilizante na consciência dos indivíduos, que podem passar a consumir mais produtos, sobretudo descartáveis, sem constrangimento algum, pois agora são recicláveis e, portanto, ecológicos. As indústrias que utilizam símbolos referentes à reciclabilidade nos rótulos de seus produtos criam a suposição da reciclabilidade garantida e infinita, além da suposição de que a embalagem é inerentemente ecológica, quando na verdade o próprio símbolo torna-se um componente estimulador da descartabilidade, reforçando a ideologia do consumismo (BLAETH, 1996).

No entanto, é necessário concordar com Kligerman (2000), segundo o qual se deve educar a sociedade, pois, teoricamente, ela orienta a demanda. Mas também se faz necessário avançar esse raciocínio e questionar o educador e o que se ensina; do contrário, a prática educativa poderá ser alvo da manipulação ideológica.

Quando o assunto é meio ambiente, contudo, Layrargues (2002) argumenta que a educação é apontada ingenuamente como a solução para tudo, como se fosse um mero instrumento de socialização. Mas é também, por intermédio da escola, um instrumento de dominação, que se mantém a ideologia hegemônica e os interesses da classe dominante. A educação é um aparelho ideológico que se torna palco permanente de conflito entre interesses conservadores e libertários. E segundo Layrargues (2002), cada ação cotidiana, cada projeto, como os programas de Coleta Seletiva de Lixo nas escolas, carrega uma determinada filiação ideológica, ainda que não intencional.

A educação ambiental progressista, no entender de Almeida (1992), concebida como instrumento de transformação social, não visa apenas à internalização da pauta ambiental na escola e na sociedade, pois seu verdadeiro sentido é a promoção da reflexão dos valores fundamentais da sociedade moderna e das instituições que se valem desses princípios para dominar, oprimir e explorar tanto a natureza como certas camadas da sociedade.

A POLÍTICA PEDAGÓGICA DOS 3 RS

De acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011; 2012) a definição clara de conteúdos, metodologias e instrumentos ligados ao tema Educação Ambiental e Resíduos deve dedicar especial atenção aos conceitos ligados à Política Pedagógica dos 3 Rs. O conceito dos 3 Rs é um eixo orientador de uma das práticas mais necessárias ao equacionamento da questão dos Resíduos Sólidos e ao sucesso do PNRS e demais planos, projetos e ações decorrentes, principalmente àqueles ligados à minimização da quantidade de resíduos a serem dispostos e à viabilização de soluções ambientais, econômicas e sociais adequadas. A disseminação de uma Política de Minimização de Resíduos e de valorização dos 3 Rs, é um conceito presente na Agenda 21 (BRASIL, 2000) e claramente no Art.19 Inciso X da PNRS que coloca a importância, nesta ordem de prioridades, de :

a) Reduzir a Geração de Resíduos: em consonância com a percepção de que resíduos e, principalmente, resíduos em excesso significam ineficiência de processo, caso típico da atual sociedade de consumo. Este conceito envolve não só mudanças comportamentais, mas também novos posicionamentos do setor empresarial como o investimento em projetos de *ecodesign* e *ecoeficiência*, entre outros (BRASIL, 2011).

b) Reutilizar: aumentando a vida útil dos materiais e produtos e o combate à obsolescência programada, entre outras ações de médio e grande alcance. É importante ampliar a relevância do conceito, muitas vezes confundido e limitado à implantação de pequenas ações de reutilização de materiais que resultam em objetos ou produtos de baixo valor agregado, descartáveis e /ou sem real valor econômico ou ambiental. Estas práticas têm sido comumente disseminadas como solução para o sério problema de excesso de geração e disposição inadequada de resíduos e compõem muitas vezes, em escolas e comunidades, grande parte do que é considerado como educação ambiental (BRASIL, 2011).

c) Reciclar: valorizando a segregação dos materiais e o encaminhamento adequado dos resíduos secos e úmidos, apoiando desta forma, os projetos de coleta

seletiva e a diminuição da quantidade de resíduos a serem dispostos em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2011).

A PEDAGOGIA DOS 3 RS SOB O PONTO DE VISTA DO DISCURSO ECOLÓGICO OFICIAL E O DISCURSO ECOLÓGICO ALTERNATIVO

De acordo com Layrargues (2002), no que diz respeito à Pedagogia dos 3R's, o discurso ecológico alternativo advoga uma sequência lógica a ser seguida: a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem. Langenbach (1997) acrescenta ainda que a reutilização deve ser considerada concomitantemente à redução do consumo, pois ambos criticam o consumismo.

Por outro lado, Layrargues (2002) alerta sobre o discurso ecológico oficial que entende que a questão do lixo é, antes de tudo, um problema de ordem técnica, e não cultural. Se para o discurso ecológico alternativo a questão é o próprio *consumismo*, o discurso ecológico oficial, que divulga seus ideais sobre a questão do consumo através da Agenda 21 (BRASIL, 2000), entende que é o consumo insustentável. É fundamental perceber que a compreensão do problema é diferente para os dois modelos discursivos: enquanto a posição ideológica do discurso alternativo é radical e subversiva, a posição do discurso oficial é moderada e conservadora, na medida em que qualifica o consumo como insustentável, pressupondo, assim, a possibilidade da existência de um consumo sustentável. O consumo sustentável é propiciado pela aliança da reciclagem com as tecnologias limpas e eficientes. A ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque hoje existe um consumo sustentável; no entanto, não se permite a crítica ao consumismo, pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante.

Existem, portanto, duas interpretações possíveis sobre o significado da Política dos 3R's. Para o discurso ecológico oficial, não faz sentido propor uma redução do consumo, pois o problema para ele não é o consumismo, mas o consumo insustentável (LAYRARGUES, 2002).

Há então dois modos de ação derivados das possibilidades de compreensão da Política dos 3R's: o primeiro prioriza a redução e reutilização e articula-se com o projeto político-ideológico progressista; o outro prioriza a reciclagem e articula-se com o projeto liberal. Se a Agenda 21, representante do discurso ecológico oficial, não considera o consumismo como o problema, não surpreende que se tenha omitido quanto à redução do consumo no documento. E se a cultura do consumismo é o alvo da mudança de valores preconizada pelo discurso ecológico alternativo, a reciclagem revela-se contraditória em relação à redução do consumo e à reutilização, pois ela não ameaça o sistema dominante, já que não questiona o consumismo (LAYRARGUES, 2002). Segundo Meadows et al. (1992) até mesmo o Clube de Roma reconhece que o aumento da vida útil dos bens, a diminuição da obsolescência planejada, a recuperação dos bens deteriorados e a reutilização de bens descartados são estratégias mais eficientes que a reciclagem, pois demandam menos energia para a conversão.

Por isso, a eliminação da obsolescência planejada, no entender de Sewell (1978), é a chave da minimização dos resíduos. A vida útil dos produtos torna-se cada vez mais curta, e nem poderia ser diferente, pois há uma união entre a obsolescência planejada e a criação de demandas artificiais no capitalismo. A moda e a propaganda provocam um verdadeiro desvio da função primária dos produtos. Ocorre que a obsolescência planejada e a descartabilidade são hoje elementos vitais para o modo de produção capitalista, por isso encontram-se presentes tanto no plano material como simbólico.

Layrargues (2002) argumenta que o discurso ecológico oficial altera a ordem de prioridade da Pedagogia dos 3R's: conferindo máxima importância à reciclagem, em detrimento da redução do consumo e do reaproveitamento. A Pedagogia dos 3R's preconizada pelo discurso ecológico oficial torna-se uma prática comportamentalista, ao invés de reflexiva, pois reduz a os 3R's à Pedagogia da Reciclagem. Nessa conjuntura, emerge o problema da mudança do padrão de produção e consumo advogada pelo ambientalismo alternativo, que visualiza a necessidade tanto da mudança qualitativa da produção, alterando insumos e matrizes energéticas, como a diminuição da descartabilidade e a eliminação da obsolescência planejada material e simbólica, conforme salienta o Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida (La Rovère & Vieira, 1992).

Sosa (1992) exemplifica o tom discursivo do ambientalismo oficial ao afirmar que a reciclagem não só possibilita o aumento da vida útil dos materiais, gerando novos negócios empresariais, como também contribui para a proteção ambiental. Reconhece ainda que para que a reciclagem seja uma solução viável e concreta ao problema ambiental da indústria, o fator educativo é basilar para a geração de comportamentos adequados diante do lixo, estimulando-se uma correta disposição dos resíduos sólidos, que facilitam sua seletividade e posterior reciclagem. Mas Layrargues (2002) acrescenta: sem alterar os valores culturais vigentes.

De acordo com Guimarães (1995), o mecanismo da estratégia de dominação ideológica denomina-se conservadorismo dinâmico: o discurso ecológico oficial aceita o alternativo antes que se torne ameaçador para a seguir absorver-lhe apenas os elementos compatíveis – a reciclagem, a redução do desperdício e o reaproveitamento – suprimindo-lhe o elemento crítico - a redução do consumo. O efeito dessa estratégia para o ambientalismo alternativo é anestésico, pois os grupos sociais dessa vertente veem o discurso da reciclagem como uma conquista gradual de suas reivindicações, ingenuamente despercebendo a anulação do poder crítico da ideologia contra-hegemônica. Figueiredo (1994) entende a preferência pela reciclagem nos programas de Coleta Seletiva de Lixo como uma prática que se adapta perfeitamente ao modelo economicista atual. Da mesma forma, Zacarias (1998) atesta que apesar de o discurso oficial representar avanços aparentes no pensamento ecológico, sua implementação não tem buscado soluções definitivas, pois acarretariam prejuízos aos atores sociais representantes da ideologia hegemônica.

Esse fenômeno Adams (1995) intitula como “compensação do risco”: ele age quando um risco passa a ser controlado, e a atitude humana volta-se para a aceitação de um outro risco. Se o consumismo gera um risco ambiental para a sociedade moderna por meio do esgotamento dos recursos naturais e da saturação dos depósitos de lixo, criam-se mecanismos que garantem o controle desse risco, o que aqui se traduz pela reciclabilidade. Dessa forma, segundo Layrargues (2002), ao invés de se reduzir o consumo, cria-se a oportunidade de manter o padrão convencional de consumo, pois a ameaça torna-se relativamente controlada, e a reciclagem passa a desempenhar a função

de compensação do risco do consumismo. Contudo, trata-se de uma falsa segurança, que significa a alienação da realidade, a qual cumpre a função de gerar a sensação de que um comportamento ambientalmente correto, a reciclagem, contribuirá para a resolução de um problema, quando, na verdade, camufla a crítica ao consumismo. Recicla-se para não se reduzir o consumo. Afinal, a reciclagem representa, além da salvação da cultura do consumismo, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e da obsolescência planejada, permitindo a manutenção do caráter expansionista do capitalismo (LAYRARGUES, 2002).

Zaneti (1997, p. 14) resume a questão ao afirmar que “de nada adiantam campanhas para reciclar e programas de Coleta Seletiva de Lixo se não fizermos um trabalho de internalização de novos hábitos e de atitudes para que, num futuro próximo, não haja mais lixo excessivo e a sua causa, o consumo desmedido, tenha sido controlada”.

CONCLUSÃO

A relevância da educação ambiental em favor de uma sociedade mais justa e sustentável é cada vez mais reconhecida por se constituir um dos meios de enfrentamento da degradação socioambiental, em escala local, nacional e global. Em vista disso, a educação ambiental vem demandando fortemente a gestão por meio de políticas, programas e ações orientadas para a formação de uma cidadania sintonizada com a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Diante do aumento do consumo, a problemática dos resíduos sólidos e o seu devido equacionamento inscrevem-se na dimensão de um novo paradigma civilizatório, de uma nova maneira de ver e pensar a produção e o consumo. É necessária, portanto, uma transformação envolvendo modelos e valores que darão novo significado ao próprio desenvolvimento.

Os objetivos da PNEA estão coerentes com esse referencial quando procuram desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e

complexas relações, garantindo a democratização das informações ambientais, estimulando e fortalecendo uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, e incentivando a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Este diagnóstico deixa clara a importância do investimento em um ambicioso Plano de Educação ambiental, com novas estratégias e linguagens, capazes de ampliar as possibilidades de envolvimento, sensibilização e mobilização da sociedade. A Política Nacional de Resíduos Sólidos representa excelente avanço e deverá priorizar as ações de redução e reutilização dos bens de consumo previstas na Pedagogia dos 3 Rs, estimulando profundas reflexões na sociedade atual, entorpecida pelo mito da reciclagem como fenômeno de combate ao desperdício e de compensação dos padrões de produção e consumo vigentes.

Portanto, o grande desafio da Educação Ambiental diante da problemática dos resíduos sólidos está em conceber e pôr em prática iniciativas que priorizem a redução e a reutilização dos bens de consumo através de programas interdisciplinares e transversais que sensibilizem e mobilizem o indivíduo consumidor. As mesmas ações devem ser estendidas aos fornecedores, inclusive aos setores de publicidade e à indústria cultural, com vistas à mudança de comportamento de toda a sociedade.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

REFERÊNCIAS

ADAMS, J. **Risk: the policy implications of risk compensation and plural rationalities.** London: UCL Press, 1995.

ALMEIDA, J.M. de. Educação como instrumento de transformação. In: INEP. **Desenvolvimento e Educação Ambiental.** Brasília: INEP, 1992.

BLAUTH, P. **Rotulagem ambiental e consciência ecológica.** Debates Socioambientais. São Paulo, n. 2, p.10-12, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 ago. 2010, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Versão preliminar para consulta pública. Brasília, DF, 01 set. 2011. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/web/guest/plano-nacional-de-residuos-solidos>. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** Brasília, DF, 01 ago. 2012. Disponível em: http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf/e183foe7-5255-4544-b9fd-15fc779a3657. Acesso em: 18 jan. 2013.

BRASIL. **Agenda 21:** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, Senado Federal, 3 ed., 2000.

CARVALHO, I.C.M. **Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos.** São Paulo: Instituto Florestal. Série Registros n. 9, 1991.

EKINS, P. **Can humanity go beyond consumerism?** Development. London, n. 41, p. 23-27, 1998.

FIGUEIREDO, P.J.M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** Piracicaba: UNIMEP, 1994.

GUIMARÃES, R.P. **O desafio político do desenvolvimento sustentado.** Lua Nova. São Paulo, n. 35, p. 113-136, 1995.

KLIGERMAN, D.C. A era da reciclagem x a era do desperdício. In: SISINNO, C.L.S. & OLIVEIRA, R.M. de. (Org.) **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 99-110.

LANGENBACH, M. **A rede ecológica.** Rio de Janeiro: PUC, 1997.

La ROVÈRE, A.L. & VIEIRA, L. (Org.) Tratados das ONG's aprovados no Fórum Internacional de ONG's e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global: **Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida.** Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.

LAYRARGUES, P.P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R.S. (Org.) **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-219.

MARTELL, L. **Ecology and Society: an introduction.** Cambridge: Polity Press, 1994.

MEADOWS, D.H. **Beyond the limits: confronting global colapse, envisioning a sustainable future.** Vermont: Chelsea Green Publishing Co., 1992.

PENNA, C.G. **O Estado do Planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

*OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS*

SEWELL, G.H. **Administração e controle da qualidade ambiental**. São Paulo: USP, 1978.

SOSA, M.A. **Reciclaje: solución empresarial al problema de los desechos solidos**. Reciclaje, alternativa ambientalista. Caracas: Adan, 1992.

ZACARIAS, R. **Coleta seletiva de lixo nas escolas e parceria com empresa: relato crítico de uma experiência**. 1998. 120 f. Dissertação de Mestrado, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1998.

ZANETI, I. **Além do lixo. Reciclar: um processo de transformação**. Brasília: Terra Una, 1997.